

CÂMARA

Candidato à sucessão de Lula em 2010, ex-ministro ganhou de Arlindo Chinaglia direito de discursar fora da ordem de inscrição, foi ouvido em silêncio por 450 deputados e ofuscou Antonio Palocci. Atuação incomodou o PSDB e deixou o PT em alerta

Ciro rouba a cena na votação da CPMF

LUIZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

O palco estava armado para que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci fosse a grande estrela da noite de aprovação da prorrogação da CPMF na Câmara, da qual foi o relator, mas quem roubou a cena foi o deputado Ciro Gomes (PSB-CE), o último governista a encaminhar a votação do relatório. Candidato ostensivo à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010, Ciro falou para um plenário tomado por cerca de 450 deputados, que o

ouviram em silêncio, a maioria de pé, inclusive aguerridos líderes oposicionistas.

"Subtrair 50 bilhões de reais, coisa que acontecerá se contarmos 307 votos aqui, significa que o país amanhã anunciará ao mundo que não teremos mais superávit primário se o impacto do corte dessa receita não haurida for sobre a linha de cima das contas públicas. E o país voltará a um itinerário que já conhecemos de galope da proporção da dívida pública versus PIB, inverterá a tendência de queda da taxa de juros e voltará ao que vem experimentando há 25 anos: a mais

mediocre taxa de crescimento econômico de toda história brasileira", justificou Ciro. Depois, arrematou: "Não há um mínimo de seriedade. Para fazer um percentual dessa proporção na receita pública ser cortado abaixo da linha do superávit, ou cortamos a verba da saúde nessa proporção, ou cancelamos o Bolsa Família nessa proporção, ou cortamos aposentadorias, pensões e auxílios-doença. Nenhuma de vossas excelências quer assumir para o povo brasileiro que é isso que estão querendo".

Ciro assumiu a condição de principal líder da base governista

depois de uma semana em que atuou com muito desembaraço para articular aprovação do imposto. Palocci defendeu com unhas e dentes a posição do governo de não fazer concessões em relação à alíquota do imposto, porém acabou desgastado pela posição de mero executor das diretrizes do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que o sucedeu. Além disso, a oposição atribuiu a ele a impossibilidade de negociar um acordo para a redução progressiva do imposto, enquanto Ciro cuidou mais de aparar arestas na intenção de negociação entre o Palácio

do Planalto e sua própria base parlamentar.

São Paulo Como se sabe, a maioria governista foi obtida graças à liberação de emendas e nomeações para cargos no governo, nas quais o PT acabou tendo que ceder mais espaços do que gostaria aos aliados do PMDB, do PP, do PR, do PTB e do bloco formado pelo PSB, o PDT e o PCdoB. O discurso de Ciro revelou que há uma aproximação cada vez maior com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que atropelou o regimento interno da Casa para lhe

dar a palavra fora da ordem de inscrição, com tempo a critério do próprio Ciro, e que vive um momento de tensão com a cúpula petista porque gostaria de ter mais peso nas negociações com o Palácio do Planalto. Arlindo tem a intenção de disputar a prefeitura de São Paulo, caso a ministra do Turismo, Marta Suplicy, realmente desista da candidatura, e precisa deslocar o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) da preferência de Ciro, se quiser ter o poio do PSB.

Generoso ao valorizar críticas da oposição em relação à ineficiência da alocação dos recursos

do Estado brasileiro e à "fala da ladroeira, da corrupção e do desvio do dinheiro público", Ciro aproveitou a aprovação da CPMF para demonstrar ao Palácio do Planalto que a Câmara dos Deputados já tem, entre os seus pares, um candidato a presidente da República respeitável na Casa. Os tucanos foram os que mais se incomodaram com a demonstração de força, pois Ciro é um inimigo fígadal, mas a cúpula do PT, que ainda alimenta a esperança de construir uma candidatura própria, percebeu que está ficando isolada na base aliada.

Carlos Moura/CE - 11/7/07



O DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): DURANTE A SEMANA, ELE APAROU ARESTAS ENTRE O PLANALTO E A BASE ALIADA

Arrecadação bate novo recorde

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

No momento em que tenta arrancar do Congresso a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo anunciou ontem um novo recorde na arrecadação de impostos, que chegou a R\$ 381,48 bilhões no acumulado até agosto. Nos primeiros oito meses do ano, as receitas superaram em R\$ 48 bilhões o montante obtido em igual período de 2006. Esse volume é R\$ 10 bilhões maior do que a projeção de recolhimento da contribuição no ano que vem, estimado em R\$ 38 bilhões. A oposição tem usado essa "explosão de receitas" como o principal argumento para tentar derrubar o tributo, afirmando que o governo não precisa de sua renovação.

"Não está sobrando dinheiro. O tamanho da arrecadação é definido pelas necessidades de investimento do governo, da execução dos gastos sociais e da manutenção do equilíbrio macroeconômico. Isso é estabelecido no plano político", contestou o secretário-adjunto da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto. Segundo os números divulgados ontem, a CPMF rendeu ao governo R\$ 2,59 bilhões no mês passado. O acumulado até agosto foi de R\$ 23,52 bilhões, num crescimento de R\$ 3,05 bilhões em comparação com o mesmo período de 2006. A CPMF é responsável por 6,17%

Ricardo Casal / ABR - 15/2/07



CARLOS ALBERTO BARRETO, DA RECEITA: "NÃO ESTÁ SOBRANDO DINHEIRO"

de tudo o que o governo arrecadou neste ano até o momento.

Cortes O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem insistido na necessidade de manutenção da contribuição com a sua alíquota atual, de 0,38%. Segundo ele, o governo não pode prescindir das receitas, sob pena de ser obrigado a cortar despesas dos programas sociais e investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao comemorar a aprovação da prorrogação em primeiro turno na Câmara, no fim da noite de quarta-feira, o ministro se antecipou às dificuldades previstas no Senado, onde o governo não tem maioria

confiável e enfrenta uma dura resistência por parte dos senadores de oposição. "Esperamos contar com o espírito público dos senadores. Quando eles votam contra, estão eliminando projetos, como os de saneamento e de redução da pobreza, por exemplo. A não aprovação da CPMF seria uma catástrofe", resumiu ontem. Carlos Alberto Barreto negou que a carga tributária esteja aumentando, apesar do crescimento das receitas. "Não há aumento de pressão tributária, pois não houve elevação de alíquotas de nenhum imposto. Além disso, o governo vem sistematicamente cortando impostos para estimular a economia", argumentou.

ZECA-HORA
A Zeca-hora é a hora de reunir os amigos no bar para falar de futebol, contar piada, zicar o time dos seus amigos, é hora de azaração, de tirar sarro do chefe. Enfim, a Zeca-hora é hora de se divertir. Mas de se divertir com responsabilidade. Porque a Zeca-hora é a hora da sua Brahma. E brahmeiro que é brahmeiro sabe beber.

NECA-HORA
Se você não sabe beber, Neca-hora para você. Se você gosta de passar da conta, Neca-hora para você. Se você bebe e depois quer dirigir, Neca-hora para você. Se você é dono de bar e vende bebida para menor de idade, Neca-hora para você.

Resumindo: beba sempre com moderação. E, se você não sabe beber, não tome Brahma.

APRECIAR COM MODERAÇÃO.

Fiesp no ataque

As entidades do empresariado paulista que montaram um movimento contra a prorrogação da CPMF engrossaram o tom contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os parlamentares favoráveis à prorrogação do "imposto do cheque". De acordo com as organizações, encabeçadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Lula não disse a verdade ao afirmar que nenhum governo poderia abrir mão da CPMF e manobrou a votação com cargos de segundo escalão e revogações de medidas provisórias. O grupo estampou em um painel na Avenida Paulista, em frente à sede da Fiesp, os nomes dos deputados que votaram com o governo ontem.

"Não queremos nos digladiar com o governo, mas realmente estamos em lados muitos opostos nesta questão. O presidente teve quatro anos para fazer a reforma tributária e já sabia que o prazo da CPMF expiraria em dezembro próximo. Então, não há argumento para recriar um imposto neste momento", disse o chefe de relações institucionais e governamentais da Fiesp, Sérgio Barbour.

Um dos argumentos das organizações é um estudo da Fiesp, que compara os projetos orçamentários do governo federal com as respectivas execuções. No próximo ano haveria uma folga de R\$ 53 bilhões no Projeto de Lei orçamentária, já enviado pelo governo. Por isso, ainda segundo a Fiesp, a arrecadação da CPMF, estimada em R\$ 39 bilhões para 2008, poderia ser extinta.

A inflação é hoje uma preocupação mundial. O temor está associado à insaciável demanda do crescimento asiático e também à substituição de lavouras destinadas a comida por outras voltadas à produção de matérias-primas de biocombustíveis. Até agora, o presidente da República vem repetindo o discurso ufanista de que não há motivo para preocupações, de que no nosso caso a abundância de terras vai evitar a pressão alista nos alimentos. Uma abundância que parece algo virtual. Lula diz que a cana para o álcool vai ocupar apenas terras de pastagens de baixa produtividade. Mas, se é assim, se temos sobrando áreas de baixa produtividade, por que está faltando terra para a reforma agrária?

Na passagem do primeiro para o segundo mandato, Lula deixou um pouco de lado a obsessão com os preços e decidiu concentrar seu esforço principal no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A inflação baixa deu ao presidente um segundo mandato, mas agora é preciso mais. Por isso as obras do PAC. Por isso o aparente relaxamento presidencial e governamental com a inflação.

Entretanto, como não há mesmo almoço grátis, começam a aparecer as consequências políticas. Ninguém sabe até onde a deterioração do poder de compra dos mais pobres vai afetar politicamente Lula e seu projeto. Será que os beneficiados pelo PAC vão inclinar-se para o PT em 2010? E como votar os mais pobres? Para os curiosos, a História do Brasil oferece um exemplo paradigmático sobre como a inflação pode alterar rapidamente o humor do eleitorado. Em 1972, a Arena do presidente Emílio Médici colheu resultados brilhantes na eleição municipal. Dois anos depois, a mesma Arena do presidente Ernesto Geisel foi atropelada pelo azarão chamado MDB.

NAS ENTRELINHAS
por Alon Feuerwerker

e-mail: alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Corrosão no núcleo da popularidade

A pesquisa CNI-Ibope divulgada ontem deve acender a luz amarela no Palácio do Planalto. A preocupação das pessoas com a inflação e o desemprego está em alta, enquanto o prestígio do governo entre a população mais pobre desce a ladeira. Em junho, 40% achavam que a inflação iria aumentar. O número foi agora para 52%. Um ano atrás, apenas 30% apostavam na aceleração dos preços. As taxas relacionadas ao desemprego são menos agudas, mas também apontam para cima. Chega aos mesmos 52% o número dos que prevêem mais desemprego. Eram 48% em junho, mas em setembro de 2006 atingiam apenas 37%. E o governo perdeu 12 pontos entre os que recebem até um salário mínimo. Nessa faixa, o "ótimo-bom" da administração Luiz Inácio Lula da Silva desceu de 54% para 42%, mesma queda da aprovação do governo (58% para 46%).

As novidades da pesquisa da entidade empresarial não chegam a provocar mais do que oscilações na avaliação geral de Lula e de seu governo, como informa a reportagem na página 2 desta edição. Por que então a luz amarela? Porque os sinais de corrosão política do presidente e de sua administração localizam-se em atributos e faixas de renda que compõem o núcleo duro do ativo político lulista.

O prestígio de Lula resistiu aos tufoes da crise política e ao crescimento baixo da economia. Nenhum dos dois fatores foi suficiente para impedir a reeleição de um presidente que contava com apoio maciço entre os mais pobres. Há alguma polêmica sobre por que os pobres estão com Lula. A oposição tem preferido centrar as baterias nos programas sociais, o que talvez seja um equívoco. É mais provável que

a popularidade do presidente esteja assentada principalmente na inflação baixa. Na vida real dos mais pobres, ela significa principalmente comida e material de construção mais baratos. Os índices inflacionários das últimas semanas indicam não apenas que os preços estão acelerando. Eles mostram que a arrancada é maior nos itens mais importantes do portfólio de gastos das camadas populares. A comida está encarecendo mais rapidamente do que as outras coisas. Qualquer um que frequente a feira ou o supermercado percebe. Só o governo parece não se dar conta. O ministro da Fazenda tem culpado a sazonalidade e procurado acalmar as pessoas. Parece pouco provável que consiga evitar a tempestade com discursos.

A inflação é hoje uma preocupação mundial. O temor está associado à insaciável demanda do crescimento asiático e também à substituição de lavouras destinadas a comida por outras voltadas à produção de matérias-primas de biocombustíveis. Até agora, o presidente da República vem repetindo o discurso ufanista de que não há motivo para preocupações, de que no nosso caso a abundância de terras vai evitar a pressão alista nos alimentos. Uma abundância que parece algo virtual. Lula diz que a cana para o álcool vai ocupar apenas terras de pastagens de baixa produtividade. Mas, se é assim, se temos sobrando áreas de baixa produtividade, por que está faltando terra para a reforma agrária?

Na passagem do primeiro para o segundo mandato, Lula deixou um pouco de lado a obsessão com os preços e decidiu concentrar seu esforço principal no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A inflação baixa deu ao presidente um segundo mandato, mas agora é preciso mais. Por isso as obras do PAC. Por isso o aparente relaxamento presidencial e governamental com a inflação.

Entretanto, como não há mesmo almoço grátis, começam a aparecer as consequências políticas. Ninguém sabe até onde a deterioração do poder de compra dos mais pobres vai afetar politicamente Lula e seu projeto. Será que os beneficiados pelo PAC vão inclinar-se para o PT em 2010? E como votar os mais pobres? Para os curiosos, a História do Brasil oferece um exemplo paradigmático sobre como a inflação pode alterar rapidamente o humor do eleitorado. Em 1972, a Arena do presidente Emílio Médici colheu resultados brilhantes na eleição municipal. Dois anos depois, a mesma Arena do presidente Ernesto Geisel foi atropelada pelo azarão chamado MDB.

LINHA DO TEMPO// CPMF — Criado em 1993 para durar um ano, o chamado "imposto do cheque" já vigorou em cinco mandatos de três presidentes diferentes



1993

Foi criado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), apelidado em seguida de "imposto do cheque". Já em seu nascedouro, o tributo teve a crise da saúde como justificativa. O IPMF tinha alíquota de 0,25% e começou a ser cobrado em agosto daquele ano — quando Itamar Franco era presidente e Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda —, mas foi suspenso em seguida por determinação da Justiça. O imposto voltou a valer e foi cobrado entre janeiro e dezembro de 1994, mês em que perdeu a validade, como estava previsto. Em 1994, o IPMF arrecadou R\$ 16,6 bilhões

1996

O então ministro da Saúde, Adib Jatene, enfrentou brigas para resgatar o tributo e vinculá-lo à saúde no governo de Fernando Henrique. Em outubro daquele ano, foi então criada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para vigorar a partir do ano seguinte com uma alíquota de 0,20%. Desgastado, Jatene acabou saindo do ministério no começo de 1997. Contrariando a intenção do ex-ministro, a contribuição já desde o princípio não foi totalmente repassada para a saúde. A arrecadação em 1997 ficou em R\$ 13,8 bilhões

1999

No final de 1998, a alíquota foi aumentada para 0,38%, mas o Congresso não votou a prorrogação a tempo e, em janeiro de 1999, a validade da contribuição expirou. Para compensar a redução na arrecadação, o governo aumentou o IOF. Em junho de 1999, a CPMF voltou a ser cobrada com a mesma alíquota de 0,38%. Em 1999, o governo arrecadou R\$ 14 bilhões com a contribuição



2001

Como estava previsto desde o ano anterior, a alíquota caiu em 2000 para 0,30%. No entanto, o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) já falsificado, brigou pela retomada da alíquota de 0,38%, com destinação do 0,08% da diferença para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Essa nova elevação da alíquota entrou em vigor em março de 2001, e o ano fechou com uma arrecadação de R\$ 26,2 bilhões com a CPMF

2002

No final do ano depois de Luiz Inácio Lula da Silva ter sido eleito presidente — mas ainda antes de sua posse —, seus emissários acertaram com os tucanos, que estavam desocupando o governo, a renovação da CPMF, que a princípio deixaria de ser cobrada em 2003. O ano de 2002 registrou uma arrecadação de R\$ 28 bilhões com a CPMF

2007

A renovação e a manutenção da alíquota de 0,38%, aprovadas pelo Congresso no final de 2002, têm validade até o dia 31 de dezembro de 2007, ano em que a CPMF deverá render R\$ 36,1 bilhões aos cofres públicos. O governo tenta agora, no Congresso, fazer uma nova renovação da contribuição até 2011. Pelas projeções do governo, o tributo vai gerar R\$ 39,3 bilhões em 2008

José Varella/CE - 9/2/06

